

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

INCLUSIVE AND SPECIAL EDUCATION

GIANCARLO CHRISTIAN CORREIA BAPTISTA¹

Resumen: O objetivo deste trabalho é revisar as razões, princípios e marcos conceituais que constituem a base da educação inclusiva sobre a qual as políticas educativas devem se basear, com a finalidade de promover a participação do professor como agente dos processos de melhoria escolar. Parte-se do princípio de que a educação é um direito que o Estado deve promover, respeitar e garantir a todas as pessoas ao longo de suas vidas. Logo, a efetivação desse direito significa que todos tenham acesso a uma educação de qualidade em igualdade de oportunidades e condições. Conclui-se que são precisamente estes elementos que definem a educação inclusiva, que procura reduzir todas as formas de discriminação e exclusão. E que o papel do Estado e da comunidade nacional e internacional é fazer valer esse direito humano fundamental. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, com aporte teórico de alguns especialistas no assunto.

Palabras claves: Educação especial. Inclusão. Direitos fundamentais.

ABSTRACT: *The objective of this work is to review the reasons, principles and conceptual frameworks that constitute the basis of inclusive education on which educational policies should be based, with the aim of promoting the participation of the teacher as an agent of school improvement processes. It starts from the principle that education is a right that the State must promote, respect and guarantee to all people throughout their lives. Therefore, the realization of this right means that everyone has access to quality education under equal opportunities and conditions. It is concluded that it is precisely these elements that define inclusive education, which seeks to reduce all forms of discrimination and exclusion. And that the role of the State and the national and international community is to enforce this fundamental human right. This is a bibliographic review research, with theoretical support from some specialists in the subject.*

Keywords: *Special education. Inclusion. Fundamental rights.*

¹Maestría en Ciencias de la Educación - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación - Universidad Autónoma de Asunción E-mail: gianbaptista791@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os países enfrentam o desafio de oferecer educação de qualidade para todos, em que o enfoque da inclusão vem ganhando espaço nas esferas educacional e social, cujo principal objetivo é enfrentar os altos índices de exclusão, discriminação e desigualdade educativa.

A criação de condições para o desenvolvimento de escolas para todos e com todos, que garantam uma educação de qualidade com equidade, implica transformações no sistema educativo como um todo, nas suas culturas, políticas e práticas, que envolvam, de forma ativa e participativa para toda a comunidade (Mittler, 2013).

No Brasil, a educação especial vem evoluindo, desde a assinatura de acordos nacionais e internacionais, em direção a uma educação inclusiva que garanta oportunidades iguais para todos.

Neste trabalho, veremos uma defesa da inclusão em todos os seus aspectos, pois as pessoas com deficiência não podem ser excluídas do sistema geral de ensino por motivo de deficiência. Logo, os alunos com deficiência não podem excluídos do ensino primário gratuito e obrigatório e também das outras etapas de ensino por motivo de deficiência.

2. DIMENSÕES DA QUALIDADE EDUCATIVA

O respeito à diversidade deve ser um dos eixos da educação. Oferecer educação de qualidade não é dar a todos a mesma coisa, da mesma forma e ao mesmo tempo, mas dar a cada um o que precisa.

Portanto, é necessário passar da lógica da homogeneidade para a lógica da heterogeneidade. O grupo de crianças e/ou adolescentes constitui um conjunto de indivíduos, são diversos tanto nas suas capacidades como nas suas motivações, interesses e necessidades. Isso demanda um desafio complexo que exige flexibilidade, pluralidade organizacional e metodológica, recursos variados, entre outros. As propostas educativas devem ser de acordo com a diversidade dos alunos, para que todos alcancem os objetivos de serem participantes e promotores de uma

sociedade inclusiva (Figueiredo, 2010).

O pleno exercício do direito à educação exige que seja de qualidade e que assegure o desenvolvimento e a aprendizagem de todos. Isso deve ser feito por meio de educação relevante e pertinente para pessoas de diferentes origens e culturas, com diferentes habilidades e interesses. Para atingir este objetivo, a educação deve ser pautada pelos princípios da não discriminação, igualdade de oportunidades e inclusão, valorização das diferenças, fundamento de sociedades mais justas e democráticas (Unesco, 2015, p. 27).

A qualidade educativa implica o respeito pela diversidade dos alunos, favorecendo o acesso, conclusão e alcance de maiores conquistas de aprendizagem, dando maior atenção às crianças e/ou adolescentes que se encontram em situação de exclusão ou risco, razão pela qual urge algumas ações, de acordo com Pacheco (2007), as quais foram sintetizadas da seguinte forma:

- Proporcionar recursos complementares e propor ações específicas para que os alunos aprendam em pé de igualdade e aproveitem todas as oportunidades que lhes são apresentadas.
- Implementar medidas educativas para atender à diversidade, entre as quais podemos citar adaptações curriculares, variedade na oferta educativa, recursos e materiais adequados, entre outras, tendo em conta não só as individualidades dos alunos, mas também o contexto.
- Coordenar ações permanentes, contínuas e oportunas com a equipe transdisciplinar.
- Aumentar o acesso dos alunos à tecnologia (TICs).
- Promover medidas de promoção de uma cultura inclusiva baseada no respeito, na tolerância e na solidariedade.

Ao falar sobre qualidade educacional, Pacheco (2007) afirma que nos últimos anos os países da América-latina e o Brasil fizeram importantes avanços na educação: ampliou-se a duração da educação básica obrigatória; a cobertura aumentou em diferentes níveis educacionais; foram elaborados novos currículos; melhorou o fornecimento de materiais, a infraestrutura escolar e realizou diversas ações para melhorar a formação inicial e continuada dos professores. No entanto, persistem problemas na qualidade da educação, que atingem, em maior medida, os setores prioritários de atenção, razão pela qual continua a ser violado o direito de

todos os seres humanos.

É válido lembrar que a qualidade da educação garante que todos, crianças e jovens, adquiram os conhecimentos, habilidades, competências e atitudes necessárias para prepará-los para a vida adulta. Além disso, Ball (2011, p. 32) aponta que a qualidade de um sistema educacional é caracterizada por:

- É acessível a todos os cidadãos.
- Facilita os recursos pessoais, organizacionais e materiais adaptados às necessidades de cada aluno, para lhe proporcionar as mesmas oportunidades que lhe permitem alcançar o sucesso escolar e pessoal.
- Promove a mudança e a inovação na escola e na sala de aula através da reflexão partilhada sobre a própria prática pedagógica e do trabalho partilhado entre os professores.
- Gera a participação ativa do aluno, tanto na aprendizagem como na instituição, num quadro de valores onde todos se sintam respeitados e reconhecidos como indivíduos.
- Conquista a participação da família e de cada um dos membros da comunidade.
- Estimula e facilita o desenvolvimento e o bem-estar dos professores e demais profissionais da instituição de ensino.

A qualidade educativa possui algumas dimensões para estabelecer parâmetros de avaliação, que Ball (2011) defende e que serão descritos a seguir:

Relevância: Relaciona-se com os sentidos da educação, suas finalidades e conteúdo, e com o grau em que ela efetivamente satisfaz as necessidades, aspirações e interesses da sociedade como um todo e não apenas dos grupos com maior poder dentro dela. Do ponto de vista do direito internacional, quatro finalidades fundamentais são atribuídas à educação: alcançar o pleno desenvolvimento da personalidade e da dignidade humana; encorajar o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; encorajar a participação em uma sociedade livre; promover a compreensão, a tolerância e as relações entre todas as nações, grupos religiosos ou raciais e a manutenção da paz (Ball, 2011).

Relevância: nos remete à necessidade de que a educação seja significativa para pessoas de diferentes contextos sociais e culturais, com diferentes capacidades e interesses, de modo que possam se apropriar dos conteúdos da cultura mundial e

local, e se constituir como sujeitos em a sociedade, desenvolvendo autonomia, liberdade e identidade própria. Para que a oferta educativa seja relevante, o currículo e os métodos de ensino têm de ser flexíveis para se adaptarem às necessidades e características dos alunos. Isto requer passar de uma pedagogia da homogeneidade para uma pedagogia da diversidade, aproveitando esta como uma oportunidade para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem, otimizando o desenvolvimento pessoal e social (Ball, 2011).

Equidade: Uma educação é de qualidade quando consegue a democratização no acesso e apropriação do conhecimento, ou seja, quando qualquer pessoa tem a possibilidade de receber o auxílio e apoio necessário para aprender com níveis de excelência, e quando os resultados da aprendizagem não reproduzem as desigualdades de origem dos alunos nem condicionam as suas opções de futuro (Ball, 2011).

Para Figueiredo (2010), do ponto de vista da equidade, é necessário equilibrar os princípios da igualdade e da diferenciação, proporcionando a cada pessoa a ajuda e os recursos de que necessita para estar em pé de igualdade e aproveitar as oportunidades educativas. Garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento requer dotar as instituições de programas educacionais suficientes e acessíveis a todos, tanto do ponto de vista físico quanto econômico. Também é necessário garantir uma adequada distribuição de insumos, mediante tratamento diferenciado, não discriminatório ou excludente, em termos de recursos financeiros, materiais, humanos, tecnológicos e pedagógicos, para a obtenção de resultados de aprendizagem.

Eficácia e eficiência: São dois atributos básicos da qualidade educacional. A eficácia envolve analisar em que medida os princípios de equidade, relevância e pertinência são alcançados ou não garantidos, em termos de metas, enquanto a eficiência refere-se ao conjunto de ações atribuídas à educação, se os recursos forem suficientes e disponíveis (Ball, 2011).

É indiscutível que o Estado realize esforços significativos para aumentar a cobertura, melhorar a infraestrutura, desenhar novos currículos e formar professores, entre outros aspectos. No entanto, persistem problemas de qualidade

educacional que atingem em maior medida indivíduos ou grupos que se encontram em situação de exclusão. Portanto, maior prioridade deve ser dada ao fortalecimento do sistema educativo, por meio do desenvolvimento de políticas inclusivas.

3. DEFINIÇÃO, ELEMENTOS E DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Unesco (2015) define a inclusão como um processo de abordar e responder à diversidade nas necessidades de todos os alunos através do aumento da participação na aprendizagem, culturas e comunidades, e redução da exclusão dentro e fora da educação.

Uma sociedade que busca a inclusão aceita todos os seus membros como diversos, então cria as mesmas oportunidades para todos, ajustando-se às necessidades individuais, de forma que nenhum deles fique de fora das possibilidades de crescimento e desenvolvimento, ou seja, de participação em seu meio (Unesco, 2015).

Portanto, de acordo com Lunardi-Mendes e Silva (2009, p. 24), a educação inclusiva propõe:

- Acesso de crianças e/ou adolescentes com deficiência a uma educação formal de qualidade.
- Apoiar o trabalho em equipe para alcançar a inclusão.
- Uma visão global da atenção educativa, ou seja, em nível institucional, não como atenção específica para poucos alunos.
- Um equilíbrio entre práticas pedagógicas tradicionais e práticas inovadoras que permitem a atenção à diversidade.
- Preparação de ambientes e geração de recursos para atender a diversidade.
- Identificação das dificuldades para transformá-las em oportunidade de melhoria e progresso no sistema educacional.
- Transformações profundas no Projeto Político Pedagógico (PPP) que respondem à diversidade.
- Trabalhar com a comunidade em geral, permitindo a participação ativa de todos os seus membros.
- Gerar uma concepção natural sobre as pessoas com deficiência.
- Desenvolver uma comunidade baseada em valores inclusivos como: solidariedade, respeito e tolerância.

O propósito da inclusão é fornecer respostas adequadas ao amplo espectro de necessidades de aprendizagem, tanto em ambientes educacionais formais como não formais. A educação inclusiva, ao invés de uma questão marginal de como

integrar certos alunos ao ensino regular, representa uma perspectiva que deve servir para analisar como transformar os sistemas educacionais e outros ambientes de aprendizagem, a fim de responder à diversidade dos alunos (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

O objetivo da educação inclusiva é permitir que professores e alunos se sintam confortáveis com a diversidade e a percebam não como um problema, mas como um desafio e uma oportunidade de enriquecer o ambiente de aprendizagem.

Entre os princípios da educação inclusiva, estão 1) a igualdade, que equivale a dizer que todas as crianças e/ou adolescentes têm oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, respeitando as diferenças individuais para formar cidadãos inseridos no contexto social. 2) a abrangência, que é a necessidade de a escola manter um currículo básico e comum por um longo período, especialmente no ensino obrigatório, para atender à diversificação dos alunos com base em sua origem econômica, social e cultural. 3) a globalização, que se constitui em uma visão pela qual o aluno é preparado para enfrentar os problemas da vida e das diferentes disciplinas curriculares (Parolin, 2012).

Deve-se reconhecer que as características do sistema educacional de cada país o tornam único e individual. De acordo com Figueiredo (2010), os quatro elementos a seguir buscam estabelecer as particularidades que permitem à instituição de ensino compreender a educação inclusiva a partir de sua realidade:

A inclusão é um processo: ou seja, a inclusão deve ser vista como um trabalho constante que requer inovação e mudanças que são geradas para atender os alunos. Nesse sentido, o tempo é um fator importante, pois as mudanças não precisam ser feitas imediatamente; pelo contrário, é um processo gradual que, para ser sustentável, requer a colaboração de todos os membros da comunidade em geral (Figueiredo, 2010).

A inclusão busca maximizar a presença, a participação e o aprendizado de todos os alunos: esse elemento refere-se à acessibilidade de todos à instituição educacional e está intimamente relacionado ao desenvolvimento de valores, relacionamentos, atitudes para com os outros e que são adquiridos na convivência. A participação de cada um dos membros deve ser ativa, reconhecida e aceita para

garantir a qualidade das experiências educativas e, portanto, o sucesso de cada um (Figueiredo, 2010).

A inclusão requer a identificação e eliminação de barreiras: barreiras concebidas como obstáculos, impedem ou limitam a aprendizagem e a participação do aluno. Estas podem ser geradas por crenças, atitudes, infraestrutura, conhecimento, que influenciam diretamente no desenvolvimento de uma cultura inclusiva, na criação de políticas e práticas que impeçam o livre exercício dos direitos das pessoas (Parolin, 2012). A este respeito, Stainback et al (2009, p. 34-35) identifica quatro tipos de barreiras:

Atitude: estão relacionadas ao comportamento da comunidade (professores, colegas, família, entre outros) e podem se manifestar como rejeição, segregação, exclusão, discriminação, entre outros.

Conhecimento: caracterizam-se pelo desconhecimento da comunidade sobre a situação do aluno e suas necessidades educativas.

Comunicação: são aquelas que interferem no processo de comunicação e atrapalham o ambiente em que o aluno se desenvolve.

Práticas: são aquelas identificadas no ambiente como: acesso, metodologia e avaliação, que impedem a participação e o aprendizado.

Como se percebe, a inclusão coloca particular ênfase nos grupos de atenção prioritários, que podem estar em risco de marginalização, exclusão ou fracasso escolar. Refere-se também à corresponsabilidade que a sociedade tem de garantir que ela monitore, cumpra e faça cumprir os deveres e direitos de grupos prioritários, adotando as medidas necessárias para garantir sua presença, participação e aprendizado dentro e fora do sistema educativo.

Conduzir a instituição rumo à educação inclusiva requer não apenas os quatro elementos mencionados, mas também ações conjuntas nas quais todos os membros da sociedade estejam convencidos de que a inclusão é um processo possível graças ao comprometimento de todos.

A inclusão não se limita à oportunidade ou possibilidade de acesso às instituições de ensino, mas está relacionada ao fato de eliminar barreiras ao aprendizado e à participação. Para Stainback et al (2009), vários são os fatores que geram essas barreiras, como a gestão institucional, a oferta curricular, as estratégias de aprendizagem, entre outros; modificando-se esses aspectos, podem-se evitar desigualdades educacionais, que transcenderão em igualdade social. Uma escola inclusiva deve garantir a igualdade de oportunidades de aprendizagem e a plena

participação na comunidade educacional.

Para a consolidação de uma escola inclusiva é necessário relacionar sistematicamente cultura, política e prática educativa; esses três aspectos devem estar de acordo, pois juntos promovem uma verdadeira educação inclusiva. Essas três dimensões serão apresentadas a seguir.

3.1. CULTURA INCLUSIVA

Este termo está relacionado às expectativas, compromissos, participação, convicção em princípios e valores inclusivos (tolerância, respeito e solidariedade) que sustentam o desenvolvimento de um projeto educacional institucional inclusivo. Este conjunto de fatores dirige-se a toda a comunidade educativa (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

Desenvolver uma comunidade educacional inclusiva também está relacionado a torná-la segura, acolhedora, colaborativa e estimulante, na qual cada um de seus membros seja valorizado. Uma comunidade que busca o diálogo e a resolução de conflitos, para gerar sorrisos em professores e alunos, gerando um ambiente cordial, de confiança e solidariedade, de boas relações, manifestando uma atitude positiva diante da diversidade, que favorece o aprendizado e as inter-relações (Pacheco, 2007).

Desenvolver uma comunidade onde o professor esteja satisfeito e orgulhoso de seus alunos, motivando-se e desenvolvendo altas expectativas sobre o que podem realizar, gerando atividades desafiadoras, valorizando esforços e conquistas, que devem ser socialmente reconhecidas e constantemente retroalimentadas (Fontes, 2009).

Considera-se, com isso, que as expectativas da família e a participação ativa da comunidade nas atividades influenciarão no cumprimento do desempenho esperado.

Outro aspecto importante que faz parte da cultura inclusiva é o envolvimento das famílias no funcionamento, organização e tomada de decisões, para o que deve haver formas institucionalizadas de gerar e garantir a participação dos familiares em todo esse processo retroalimentadas (Fontes, 2009).

Uma comunidade inclusiva também está relacionada ao desenvolvimento de valores inclusivos, que são compartilhados por todos os seus membros.

A cultura inclusiva será refletida nas políticas e práticas que são realizadas dentro da instituição. Portanto, é essencial gerar respostas educativas eficazes e eliminar as barreiras à aprendizagem e à participação (Fontes, 2009). Será realmente difícil criar políticas e práticas verdadeiramente fortes sem uma crença verdadeira e uma cultura inclusiva.

3.2 POLÍTICAS INCLUSIVAS

As políticas inclusivas se referem a todos os procedimentos (gestão, liderança e colaboração, desenvolvimento profissional, disponibilidade e organização de recursos e tempo) realizados pela instituição no desenvolvimento da educação inclusiva para melhorar a aprendizagem e a participação de todos os alunos (Ball, 2011).

A gestão centra-se nas tarefas administrativas e em todos os aspetos que intervêm no cumprimento do projeto educativo institucional com uma abordagem inclusiva. Este projeto deve ser dinâmico e flexível através de um estilo de gestão baseado no trabalho com a comunidade educativa, que apoia o progresso de cada um dos seus membros (Ball, 2011).

Para isso é essencial a formação de professores, que permitirá dar resposta à diversidade. Assim, para Stainback et. al (2009), atualização e formação, momentos de diálogo e reflexão sobre as práticas educativas, desenvolvimento de redes de apoio, planeamento e ensino colaborativo entre professores e especialistas, assessoria externa, promoverão e orientarão no processo de mudança e melhoria educacional.

A utilização adequada do tempo é fator essencial para gerar e realizar atividades educativas, respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno, aproveitar ao máximo as experiências oferecidas. Tudo está ligado à não suspensão das aulas, pontualidade, otimização, organização e flexibilidade de tempo; esses aspectos ajudarão a alcançar os objetivos de aprendizagem (Mittler, 2013).

O material é outro elemento importante; a quantidade, qualidade e

adequação dos recursos da instituição de ensino influenciarão o desenvolvimento integral do aluno. O uso, acesso e distribuição equitativa contribuirão para a obtenção dos resultados esperados (Mittler, 2013).

A manutenção, a higiene, a iluminação, a temperatura são condições que influenciam no processo ensino-aprendizagem; daí a importância de cuidar e manter as instalações e materiais em bom estado (Mittler, 2013). Fornecer e organizar recursos humanos e materiais servirá para otimizá-los e intervir no processo educativo de forma adequada.

3.3 PRÁTICAS INCLUSIVAS

Referem-se a práticas educativas que garantem que as atividades realizadas dentro e fora da sala de aula promovam a participação de todos os alunos (Ball, 2011). Em outras palavras, as estratégias e metodologias serão os elementos que refletem a quão inclusiva é uma sala de aula.

O desenvolvimento de um currículo flexível é essencial porque ajudará a responder às necessidades educativas especiais e às características socioculturais da população, daí a importância das adaptações e planeamento do trabalho. Refere-se também aos apoios e ao ensino que devem centrar-se na superação das barreiras à aprendizagem. Da mesma forma, faz parte dessas práticas o uso eficiente dos recursos escolares e comunitários, com o objetivo de promover e manter uma aprendizagem ativa para todos (Ball, 2011)

As estratégias são uma das maiores práticas inclusivas e contribuem para responder às necessidades educativas; entre eles podemos citar: experiências e atividades variadas, aprendizagem cooperativa, tutoria entre pares (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

A avaliação é outro aspecto essencial das práticas inclusivas e deve atender a algumas características: é um processo contínuo, diversificado e flexível, do qual participam o professor e o aluno; enfatiza o caráter qualitativo e multidimensional; realiza-se através de tarefas realistas, contextualizadas, relevantes, cujos resultados permitem avaliar e regular o processo educativo (Ball, 2011)

Assim, uma escola inclusiva mantém-se vigilante e em contínua dinâmica

para dar respostas eficazes às necessidades educativas especiais de todos os alunos, para que desenvolvam as suas potencialidades, sintam-se acolhidos, seguros e alcancem o sucesso (Ball, 2011)

Compreende-se que o objetivo da inclusão é garantir educação de qualidade para todos, com atenção especial para aquelas pessoas ou grupos excluídos ou em maior risco de serem marginalizados ou de terem retornos abaixo do esperado. A atenção educacional às pessoas com deficiência caracterizada por rótulos causados por falsas crenças, tem encaminhado a educação especial para a segregação na dinâmica educacional da instituição, subestimando suas capacidades por utilizar um currículo com um nível de competências muito inferior.

A atenção às deficiências não pretende negar a presença de um déficit e as suas consequências, mas também não o currículo uma vez que marca exclusivamente as necessidades educativas especiais de um aluno. Para isso, é necessário romper com o “paradigma do déficit” dentro do sistema educacional, pois todos os alunos têm habilidades e necessidades que o sistema educacional como um todo deve satisfazer considerando suas motivações, interesses e possibilidades. É válido referir que todo o contexto educativo é muito importante na determinação das necessidades e no desenvolvimento das respostas mais adaptadas, baseadas nas capacidades e não nos défices (Figueiredo, 2010).

As mudanças nos paradigmas da exclusão para a inclusão, da homogeneidade para a diversidade, obrigam as escolas a romper com a característica instrucional e que sua qualidade não se limite aos resultados dos alunos que melhor se adaptaram a essas demandas. Uma instituição inclusiva evitará a segregação, proporcionará as mesmas oportunidades a todos sem exceção, rompendo com os estereótipos e favorecendo o desenvolvimento integral de todos que a compõem.

4. CARACTERÍSTICAS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Uma escola tem de ser eficaz porque consegue melhores resultados de aprendizagem nos seus alunos, promove o seu desenvolvimento integral, independentemente da sua situação social, econômica, psicológica, emocional, cultural, entre outras; e porque está sempre preocupada em satisfazer e responder

às suas múltiplas necessidades. Além disso, não apenas mede a aprendizagem em diferentes vertentes acadêmicas, como também dá o mesmo valor à satisfação, felicidade, autoconceito, atitude criativa e crítica de cada um dos seus membros. Uma escola inclusiva deve ser caracterizada pelo valor que é dado à diversidade e graças a isso, a inter-relação entre seus membros gera oportunidades de aprendizado entre eles (Denari, 2006).

A inclusão busca maximizar a presença, a participação e a aprendizagem. O termo presença está relacionado ao local onde os alunos são educados, sem perder de vista que a inclusão exige certas condições que as instituições devem possuir. Sem dúvida, os lugares são importantes; existem habilidades relacionais, valores difíceis de aprender separadamente e interdependentes da participação e aprendizagem (Denari, 2006).

A participação refere-se à qualidade das experiências do aluno na instituição, valorizando seu bem-estar pessoal e social, ouvindo seus pontos de vista. A participação na inclusão permite ver toda a diversidade e não se centra apenas nas crianças e/ou adolescentes com necessidades educativas especiais. Além disso, aprecia todos os aspectos da vida escolar e não apenas o processo de aprendizagem (Lunardi-Mendes; Silva, 2009). Portanto, a participação é um componente dinâmico da inclusão, pois todos são reconhecidos e aceitos como membros da comunidade educacional.

O termo aprendizagem tem a ver com os resultados ativos em relação ao currículo. Este associa-se não apenas à avaliação acadêmica, mas também à observação e à prática em que se materializa a percepção real do conhecimento, de forma a eliminar as barreiras ao acesso à aprendizagem (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

Considerando estes aspectos, uma escola inclusiva se manifesta sob alguns princípios, os quais serão apresentados de acordos com alguns autores.

Sentido de pertencimento. Estabelecer uma filosofia e uma visão que gere convicções em toda a comunidade que pertence ao estabelecimento educativo e que permita aprender em conjunto com base numa cultura inclusiva (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

Liderança. A autoridade educativa do estabelecimento envolve-se ativamente com toda a instituição para promover, desenvolver e utilizar estratégias que respondam às necessidades educativas especiais dos seus alunos, aspeto transcendente para criar políticas inclusivas (Denari, 2006).

Trabalho com famílias. A família é parte essencial da educação dos alunos, por isso a instituição inclusiva deve manter programas permanentes de capacitação, orientação e apoio no processo educacional, para que estejam em condições de sustentar seus filhos, em suas casas (Denari, 2006).

Colaboração e cooperação. Envolve os alunos em estratégias de apoio mútuo (ensino entre pares, aprendizagem cooperativa, ensino em equipe, co-ensino). Também gera uma prática docente de inclusão e atenção à diversidade (equipe de atendimento docente-aluno e equipe transdisciplinar) (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

Programa de apoio. Os profissionais do programa de apoio trabalham junto com o professor em sala de aula e toda a equipe da instituição deve estar envolvida no processo de aprendizagem. Esta prática educativa garante o sucesso de cada um dos alunos (Denari, 2006).

Currículo inclusivo e flexível. Refere-se à universalização do currículo nacional, para o qual deve-se levar em consideração as necessidades da população escolar a que atende, com o objetivo de gerar inúmeras modificações ou programas especiais para um determinado aluno ou grupo. Um currículo deve ser amplo, equilibrado e flexível; isto é, que permite variar ou enriquecer dependendo das individualidades dos alunos e seus contextos. Não deve negligenciar as contribuições de diferentes culturas, o uso de materiais ou recursos apropriados (Lunardi-Mendes; Silva, 2009).

Fortalecimento da formação inicial e continuada de professores para atenção à diversidade. Responder à diversidade é um grande desafio para o professor, daí a importância da formação ministrada. O professor deve ser capaz de responder às heterogeneidades presentes em uma sala de aula. Assim, torna-se importante a formação contínua, que contemple a compreensão da abordagem inclusiva e o desafio de responder à diversidade (Denari, 2006).

Quando falamos das características da escola inclusiva, não podemos ignorar a necessidade de estabelecer políticas de inclusão que visem facilitar e proporcionar oportunidades efetivas de aprendizagem para todos os alunos, promovendo um conjunto variado e complementar de ofertas que fazem parte de uma rede escolar integrada e articulada.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho vimos que a escola inclusiva é a promotora da mudança para uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva e o docente, como ator da transformação da educação, que garante e permite o desenvolvimento dos alunos e da comunidade em geral.

O professor é quem melhor conhece as necessidades e características do seu grupo de alunos, pelo que lhe cabe ser um investigador permanente da prática docente, incorporar e adaptar os avanços científicos, sistematizar experiências replicáveis, socializá-las e trocá-las com outros colegas. Tudo isso se refletirá no momento da adequação do currículo, tendendo a atingir os objetivos através do conteúdo, metodologia, avaliação e recursos propostos.

A atenção à diversidade é, sem dúvida, um dos desafios mais importantes que as escolas e os professores enfrentam hoje, por isso é essencial que eles tenham a oportunidade de vivenciar esses aspectos, o que requer mudanças profundas em sua própria formação.

Para alcançar o entendimento e o trabalho conjunto com os professores, é desejável que a formação especializada seja realizada "após" a formação geral, e mesmo após alguma experiência de trabalho em sala de aula.

Em primeiro lugar, as instituições de formação acadêmica devem estar abertas à formação de professores formados e sensíveis à diversidade. Em segundo lugar, os professores devem estar preparados para desenvolver o processo de interaprendizagem em diferentes contextos e realidades; e, em terceiro lugar, todos os professores, independentemente do nível educativo em que atuam, devem ter conhecimentos teóricos e práticos sobre as necessidades educacionais associadas às diferenças sociais, culturais e individuais, estratégias de atenção à diversidade em sala de aula, adequação do currículo e avaliação diferenciada, para citar alguns aspectos.

A atenção à diversidade requer um trabalho colaborativo, no qual todos

contribuem com seus conhecimentos e perspectivas, responsabilizando-se pela formação de todos os alunos. Os professores de apoio devem colaborar, nunca substituir os professores na análise dos processos educativos, identificando e promovendo as mudanças necessárias para melhorar a aprendizagem e a participação de todos os alunos.

Enfim, desta forma, beneficiará a comunidade educativa, respondendo às necessidades educacionais, eliminando as barreiras à aprendizagem e à participação, reforçando a atenção à diversidade.

BIBLIOGRAFÍA

- Ball, S. J. (2011). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. In: Revista Currículo sem fronteiras, v.1,n.2, p. 99-116, dez., 2011.
- Denari, F. (2006). Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação:Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus.
- Figueiredo, R. V. (2010). Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lunardi-Mendes, G. M.; Silva, M. C. da R. F. (2009). Educação, arte e inclusão: trajetórias de pesquisa. Florianópolis: UDESC.
- Mittler, P. (2013). Educação Inclusiva: contextos sociais. Artmed: Porto Alegre.
- Pacheco, J. (2007). Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed.
- Parolin, I. C. H. (2012). Aprendendo a incluir e incluindo para aprender. São José dos Campos: Pulso Editorial.
- Stainback, S. et. al. (2009). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Unesco. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2015. Caminhos para uma educação inclusiva de qualidade. Brasília.